

O Direito Achado na Rua e o Direito à Cidade na virada paradigmática do Direito Urbanístico: uma resposta do pluralismo jurídico às ordens positivistas

The Law Found on the Street and the housing right on the paradigm turn of Urbanistic Law: An answer from legal pluralism to positivist orders

Moema Oliveira Rodrigues*

Resumo

Em uma leitura histórica da moldura normativa das cidades brasileiras, o artigo expõe barreiras à implementação de uma reforma habitacional que esbarra na lógica de acumulação de riquezas e tem no processo de urbanização o condicionamento da cidadania ao poder aquisitivo. O combate à negativa de direitos de grupos espoliados no Brasil supera a promulgação da Constituição de 1988 se perpetuando na nova ordem “democrática” através da invisibilização das classes atingidas pela desigualdade. Sem sentido para se desenvolver em aspecto prático, a Teoria Urbanística encontra no pensamento jurídico crítico respostas para sua necessidade epistemológica que perpassa desde o rompimento do pensar positivista, através da assimilação da realidade por juízos científicos, até a adoção de estratégias para acesso a direitos. Assim, o Direito urbanístico se constitui analiticamente através da articulação de uma compreensão humanística de justiça, onde aproveita a prática dialética do Coletivo da Universidade de Brasília O Direito Achado na Rua.

Palavras-chave: Direito Urbanístico; Direito à cidade; ineficácia das normas constitucionais; pensamento jurídico crítico; Constitucionalismo Achado na Rua.

Abstract

In a historical reading of Brazilian cities normative framework, the article exposes barriers to the implementation of a housing reform that bumps into logic of wealth accumulation, and has in the urbanization process the conditioning of citizenship to purchasing power. The fight against denial of

Como citar este artigo:

RODRIGUES, Moema Oliveira.
O Direito Achado na Rua
e o Direito à cidade na
virada paradigmática do
Direito Urbanístico. Revista
da Defensoria Pública do
Distrito Federal, Brasília, v. 1,
n. 3, dez. 2019, p.66/80.

Data da submissão:

31/07/2019

Data da aprovação:

19/11/2019

*Bacharela em Direito (Uniceub). Integrante da Assessoria Jurídica Popular Lyra Filho (UnB). Pesquisadora do grupo de pesquisa O Direito Achado na Rua (UnB).

dispossessed groups rights in Brazil goes beyond the promulgation of the 1988 Constitution by perpetuating itself in the new 'democratic' order through the invisibility of classes affected by inequality. Meaningless to develop in practical terms, the Urbanistic Theory finds in critical legal thought answers to its epistemological need that runs from the break of positivist thinking, through the assimilation of reality by scientific judgments, to the adoption of strategies for access to rights. Thus, urbanistic law is analytically constituted through the articulation of a humanistic understanding justice, where it takes advantage of the dialectic practice of the collective from University of Brasília named The Law Found on the Street.

Keywords: Urbanistic Law; Right to the city; ineffectiveness of constitutional norms; critical legal thinking; Constitutionalism Found on the Street; The Law found on the street.

Introdução

O planejamento das cidades na sociedade urbana pauta-se na racionalidade moderna industrial, submetendo as políticas de habitação ao domínio econômico. Suprir as necessidades essenciais da vida urbana no sistema econômico capitalista, portanto, cria a necessidade de consolidação de Direitos Urbanos que constituam uma estratégia política para uma cidade humana e democrática.

A inserção do estudo das cidades e suas necessidades no ramo do Direito é algo recente que envolve o desenvolvimento de uma teoria que se depara com o caráter segregatório das políticas habitacionais executadas pelo Estado. Assim, cria-se a noção de Direito Urbanístico, termo desenvolvido em uma lógica que procura abarcar a realidade dos povos excluídos na construção de um Direito à Cidade¹ acessível a todos.

As normas e conceitos desenvolvidos no Direito urbanístico do ordenamento brasileiro inserem-se no contexto que envolve a ação Estatal nas cidades, tanto no que tange à investidura de legitimidade para instituir direitos ligados a uma habitação digna, quanto aos limites à efetivação do direito à cidade para a população da classe baixa.

É desenvolvendo a perspectiva no pluralismo jurídico, em uma tentativa urgente de materializar os direitos de grupos excluídos da tutela estatal, que a corrente brasiliense de O Direito Achado na Rua estende as formas de legitimação de direitos insurgentes por meio de concepção extranormativa do Direito, imposta nos Direitos Humanos Universais e em uma alusão direta ao reconhecimento de espaços jurídicos plurais, enaltecendo o papel dos sujeitos coletivos para fins de reconhecimento das urbanidades diversas que se dispersam para os arredores das grandes cidades.

Direito Urbanístico e Positivismo: desafios à efetivação dos Direitos a Cidade

O Direito Urbanístico engloba as normas jurídicas que disciplinam o ordenamento racional dos territórios, tal como a atuação da administração pública no contexto de organização das cidades. Se relacionando com diversas outras disciplinas, o Direito Urbanístico na pós-modernidade busca sua realização através de uma mudança

¹ O Direito à Cidade remete à obra de Henri Lefebvre, em que o autor utiliza o termo para defender o acesso a uma vida urbana digna para a população. Lefebvre foi percussor de raciocínios que combateram a estagnação social urbana e presidiram a virada paradigmática do estudo urbanístico.

paradigmática que compreende as contribuições do pensamento jurídico crítico, recebendo referenciais teóricos de O Direito Achado na Rua na defesa do direito à cidade.

Os embates gerados ao redor dos problemas de efetivação do direito à moradia² no Brasil repercutem em meio social, unindo grupos em busca do uso social da propriedade. Em âmbito interno estatal, o Direito Urbanístico mobiliza frentes de luta por direitos sociais, alcançando a elaboração de diversas normas em prol de uma reforma habitacional.

A elaboração legislativa acerca dos problemas habitacionais no Brasil datam de 1º de maio de 1946. Trata-se do Decreto-lei nº 9.218, que institui medidas para proporcionar aquisição e construção de moradia própria em zona urbana ou rural. O Decreto-lei, estabelecendo que os benefícios visados pela lei devem favorecer os mais necessitados, autoriza a instituição da Fundação Casa Popular. Apesar de utilizar-se da denominação Casa Popular, as habitações contempladas neste instituto se destinam a trabalhadores de setores específicos de produção, e não diretamente a amenizar o problema do déficit habitacional brasileiro à época (BRASIL, 1946).

Logo no primeiro ano de ditadura militar de 1964 no Brasil, instituiu-se um plano nacional de habitação, com fins de garantir políticas de acesso ao direito à cidade para pessoas de baixa renda, por meio da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que cria o Banco Nacional de Habitação e busca, concomitantemente, ampliar as oportunidades de emprego e dinamizar o setor da construção civil, por meio do Sistema Financeiro da Habitação. Com pouca força obrigacional interna, o Plano Nacional, juntamente com o Banco Habitacional, foram extintos com o fim do regime militar sem maiores justificativas. O que se tinha, ao certo, era a alta incidência de reprovação do programa por se tratar de uma herança da era militar (FURTADO, C. 2002).

Em 1966, o Brasil foi signatário do Pacto dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais, que reconhece o direito à moradia digna, uma importante norma para defesa dos direitos humanos no país. O pacto busca amparar, ainda, o direito em âmbito individual e familiar de alimentação, vestimentas e moradia adequadas, tal como o direito de melhoria contínua de condições de vida. Contudo, o pacto só veio a ser convertido em decreto apenas 26 anos depois, em 1992, demonstrando a resistência do Legislativo em produzir normas que favoreçam o acesso democrático à moradia (COSTA, B. 2013).

Na ditadura militar, com o fim de amenizar a expectativa de reforma agrária, o governo criou isenções e financiou o ingresso de capital no campo, possibilitando a criação de grandes empresas rurais. A nova constituição, portanto, submeteu a reforma agrária à única possibilidade de ocupação de terras chamadas improdutivas, excluindo desta qualificação as terras que, apesar de improdutivas, foram contempladas por projetos elaborados com o objetivo de torná-las produtivas, o que, juntos com outras medidas infraconstitucionais, congelaram a reforma agrária. As medidas apenas foram revistas após a repercussão internacional de um massacre de sem terras que virou notícia em 41 línguas diferentes ao redor do mundo. A mudança, que consistiu na edição de novas leis, não mudou o “ritualismo da apropriação da terra nos efeitos práticos” (BALDEZ, M. 2002).

Com o início da era democrática brasileira, as expectativas acerca do direito de morar uniam frentes populares e fortaleciam movimentos do campo pela reforma agrária. Com o início da Assembleia Constituinte, houve uma emenda proposta pela iniciativa popular de 130 mil eleitores que objetivavam uma reforma urbana. A PEC conseguiu inserir no ordenamento a função social da propriedade por meio dos artigos 182 e 183 da Constituição, apesar de o exercício do direito só ter sido de fato regulamentada após mais de 10 anos, com a Lei nº 10.257, de 10 de junho de 2001, denominada

² No texto, o direito à moradia é utilizado no contexto de acesso ao solo para morar, assim como desenvolvido no texto “Fundamentos teóricos do direito de moradia” (SOUSA JÚNIOR, 1982).

Estatuto das Cidades (BRASIL, 2001).

O plano político de reforma habitacional não chegou a alcançar grande efetividade. Estima-se que, do investimento em nível nacional no setor habitacional, nos anos entre 1995 e 2002, apenas 30% destinou-se à população de baixa renda. A eficácia do Direito Social Fundamental de Moradia na Constituição era ainda comprometida pela adoção de práticas internas contrárias aos princípios instituídos na Constituição de 1988.

As conquistas surgidas através do processo de elaboração de lei no decorrer dos anos incluem, também, a criação do Ministério das Cidades e, com ele, da Secretaria Geral de Habitação, em 2003. Aos órgãos incumbia a diminuição do déficit habitacional enfrentado pela população de classe baixa. Em 2007, mais um avanço legislativo foi alcançado em favor da reforma agrária, a Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007, que alterou a previsão legal que versava sobre o parcelamento de solo e incluiu medidas de implementação para uma política fundiária social (BRASIL, 2007).

Apesar do reconhecimento do direito à moradia na Constituição de 1988 e da aprovação de inúmeros instrumentos normativos no mesmo sentido, as posições do Estado brasileiro acerca das Reformas Agrária e Urbana evidenciam que os direitos inscritos não se encontram em sua efetividade plena, havendo ainda a imposição de barreiras às formas alternativas de implementação de políticas habitacionais.

Direito à moradia: a face primitiva do Direito Urbanístico no Brasil

A falta de terra para morar de uma parcela da população brasileira alcança desmedidas proporções e agrava a situação de pobreza de grupos que encontram na negação do direito à moradia mais um impasse ao exercício na cidadania. Com a implantação dos modelos capitalistas de cidade, a cidadania passa a ser limitada de acordo com o poder aquisitivo de cada indivíduo (GERRA, G; COSTA, B. 2013).

No campo, a condição de pobreza da população brasileira é estagnada por meio de ações e omissões estatais que negam aos pobres o acesso à moradia, recebendo apoio de latifundiários e de grandes multinacionais do agronegócio. A rejeição à reforma agrária é responsável por conflitos sangrentos travados com a população do campo que, sob a escusa de defesa do patrimônio, resultam em chacinas e mortes violentas dos membros de grupos mobilizados pelo direito à moradia. Conta-se ainda, com a ingerência política de grupos que movimentam em grande proporção a economia brasileira por meio do agronegócio.

A necessidade de terra resultada da negação do direito à moradia se impõe ao trabalhador rural como outra condição de intensificação da segregação social, à medida que as distorções de princípios do Direito apontam para o comprometimento da ordem legal com o mercado imobiliário e grandes detentores de terra.

Percebe-se que os desafios à erradicação do problema da reforma agrária centram-se, também, na existência de um poder Judiciário de cultura conservadora, que defende o interesse de grandes obtentores de terra em contraposição ao instituto da função social da propriedade, que não possui força na esfera da eficácia. Observa-se, de modo geral, que a cultura da política brasileira gera uma violência estrutural que, permeando diversas entranhas da burocracia estatal, repercute e intensifica o interesse ligado à propriedade da terra (MOLINA, 2002).

Nas cidades, a equação que condiciona a prática da cidadania ao poder econômico dos sujeitos sociais se torna ainda mais excessiva, uma vez que a presença do mercado imobiliário hostiliza a presença de possibilidades urbanísticas democráticas,

planejando o meio urbano e sua ocupação de acordo com critérios de mercado e acúmulo de riquezas (ABRAMO, P. 2007).

O fator de organização urbana para o mercado imobiliário compreende não só garantir a grupos de maior ascensão econômica a habitação quase que exclusiva dos grandes centros urbanos; mas, também, condicionar a valorização de bairros e demais circunscrições metropolitanas à inexistência de moradia de pessoas pobres. Para tanto, o Estado, pressionado para garantir políticas mercantis de interesse lucrativo, se utiliza de medidas ostensivas para evitar a desvalorização de áreas do entorno e centro de grandes cidades, violentando famílias ao retirá-las de assentamentos e imóveis irregulares.

Mesmo com a hostilidade do poder público, os centros urbanos brasileiros encontram-se arrodeados de construções irregulares onde a população excluída se abriga, formando favelas desprovidas de infraestrutura básica para os indivíduos que ali se acumulam. As comunidades se formam, por muitas vezes em locais de risco ambiental. O risco de deslizamentos nos locais onde se instalam moradias precárias da população de classe baixa no Brasil expõe a negligência do Estado que, junto a outros fatores, resulta na destruição de moradias e até na morte de pessoas.

O processo de urbanização torna a relação entre direito e exclusão cada vez mais acirrada. A lei é instrumentalizada para manutenção da situação de desigualdade que já se vivencia e esta afirmação fica mais nítida na medida em que observamos os padrões que definem como a cidade moderna deve ser construída. Neste contexto, os sujeitos subalternizados, trabalhadores, não podem escapar da criação de uma “cidade clandestina” (SILVA, 1990), uma cidade que fica à margem dessas normatizações; a ilegalidade torna-se potência, torna-se a única forma viável de se vivenciar a cidade em territórios não reconhecidos pelo Estado e pelo Direito.

Os direitos negados aos grupos que se acumulam nos arredores das cidades no decorrer da história revelam que o quadro de insuficiência normativa decorre da colisão de direitos democráticos com o interesse de grupos de dominância política e econômica. O confronto gerado pela ingerência da classe dominante no funcionamento político e jurídico perpassa toda a trajetória do ordenamento brasileiro, sendo constatado mesmo no período democrático mais recente.

Submeter o ordenamento à ingerência no poder político dos grupos dominantes gerou inúmeras inconformidades sociais, como extrema pobreza e concentração de renda. Dentre os incontáveis danos observados pelos teóricos brasileiros do pensamento crítico, o caráter desigual da justiça foi um dos pontos centrais da grande parte dos pensadores do Direito. Os estudiosos verificaram que a justiça institucional operava de modo a garantir o funcionamento do aparato normativo discriminatoriamente, excluindo grupos oprimidos e negligenciados pelo Estado.

A inversão de valores democráticos se encontrou presente de forma majoritária nos ordenamentos jurídicos ao redor de todo o mundo. O conservadorismo de inúmeros ordenamentos jurídicos reflete em uma cultura positivista que se opõe à evolução de valores pluralistas e se nega a executar políticas públicas para fins de reconhecimento de direitos de classes atingidas pela desigualdade (ROLNIK, 2015).

No Brasil, a nova constituição de 1988 continua a aspirar pelo direito à moradia das classes marginalizadas. O direito, já positivado por inúmeros instrumentos normativos, tem sua eficácia e até regulamentação limitada à resistência de uma cultura positivista e de um grupo de dominância política que cultua o atraso social.

Analisa-se que a insuficiente proteção de direitos urbanos na ordem jurídica estatal, na medida em que se observou que tal normatização não consegue “contribuir significativamente para a reversão dos processos de segregação socioespacial” (LIMA, 2016) com presença incessante nas cidades brasileiras. Constata-se que o Direito Urbanístico, no que tange à igualdade nos direitos de habitação, passa por necessidades epistemológicas que o fazem ser revisado em sua base teórica, sendo

inserido nos referenciais do pensamento jurídico crítico.

Observa-se que o paradigma desenvolvido na fundamentação do planejamento e legislação urbana do Brasil se estruturou de forma alheia à realidade concreta brasileira, por meio da lógica excludente de uma modernização das cidades que nega aos pobres o direito à habitação. O acesso do direito à cidade, que envolve múltiplos aspectos de uma habitação digna humanizada, é algo que, apesar da promulgação de inúmeras leis, ainda funciona de maneira desigual, excluindo grupos comumente segregados pelo poder público (ROLNIK, 2015).

O Direito, entendido como “leis, normas, costumes e instituições jurídicas”, distorce a realidade das cidades com o intuito de manter o monopólio da produção de regras e do controle social no seio do campo jurídico estatal (SOUZA SANTOS, 2000). A ordem legal estabelecida passa a não mais funcionar através dos valores da justiça, assim, compreende-se que os ideais do positivismo submetem o poder público à vontade da classe dominante, que se apropria do aparato legal para perpetuar posições políticas.

Os juízos construídos a partir da análise crítica do Direito na modernidade levaram diversos estudiosos a buscarem novas concepções do que seria justiça. Essa percepção acerca das noções de justiça se insere em um debate que empresta ao Direito Urbanístico fundamentos teóricos que se opõem às práticas antidemocráticas que se justificam no positivismo e constroem um Direito à Cidade³.

O pensamento crítico no combate aos aspectos desiguais da justiça

Os ideais construídos pelo pensamento jurídico crítico advêm de reações ao comportamento político do Direito na modernidade, que se edificou com a adoção de uma teoria geral congruente com a lógica capitalista – o positivismo estrito. Entende-se, assim, que o Direito passa a funcionar por meio de um dogmatismo legitimador de práticas autoritárias e distantes dos ideais de justiça.

Defende-se, por meio do pensamento jurídico crítico, que os ideais da cultura positivista, adotados também pelo Direito brasileiro, distanciam as normas das fontes naturais de justiça, à medida que se apropriam do funcionamento do aparato normativo-oficial, instrumentalizando-o para estabilizar de expectativas comportamentais. O uso do Direito oficial para mediar conflitos sociais e políticos do Estado autoritário em suas relações de poder transforma o *modus operandi* do ordenamento estatal, que passa a funcionar para dirimir conflitos com classes de dominância política.

O pensamento crítico, ao mesmo tempo em que se une no pensamento de constatação do comportamento político do Direito – onde se admite que seja usado para legitimar políticas de governos legalistas e autoritários – denuncia-o como um ramo tendencioso que se afastou do verdadeiro conhecimento com a crise social resultada pelo fortalecimento do capitalismo e afirma que a justiça e a dogmática positivista do Direito agrava a situação de injustiça contra as classes marginalizadas.

A percepção acerca das noções de justiça levaram diversos estudiosos da Filosofia do Direito a analisarem o desenvolvimento do Direito na modernidade. As correntes surgidas constatarem o abandono do conhecimento científico ocorrido nas teorias gerais hoje adotadas pelos ordenamentos jurídicos, o que decorre da adoção de práticas de autojustificação de atos antidemocráticos.

Trata-se de inúmeras correntes do pensamento jusfilosófico que examinam

³ No sentido que trouxe Henri Lefebvre (1968) sobre os direitos que se relacionam à uma vivência digna da cidade.

epistemologicamente a base teórica do Direito, apontando falhas doutrinárias e desmitificando toda a legalidade dogmática tradicional⁴ que acaba por contaminar o funcionamento de diversas das instituições jurídicas existentes em todo o mundo.

Os movimentos antidogmáticos do pensamento jurídico crítico se unem a uma só concepção, à medida que diferentes correntes metodológicas concluem pela incongruência do comportamento do Direito com os princípios democráticos. Verifica-se, ainda, que a lógica do discurso formalista do Direito já não se sustenta mais e, por isso, busca-se conduzi-la por meio de uma conjuntura cientificista, para evitar obstes ao entendimento do justo.

Com as teorias tradicionais do Direito próximas ao exaurimento e o aparelho jurisdicional se revelando cada vez mais desigual e injusto ao redor do mundo, o pensamento crítico jurídico trata de investigar o comportamento do Direito, concluindo por sua submissão às políticas ideológicas e pelo uso de uma retórica justificadora sem fundamento lógico.

O questionamento do pensamento juspositivista compreendeu, também, a análise sociopolítica do Direito, fenômeno que se estendeu por diversos países, compondo, assim, o Pensamento Crítico do Direito⁵, que é uma expressão da libertação do homem, no que tange à dogmatização do conhecimento.

Os novos desafios da teoria crítica consistiam na superação do normativismo por meio do reconhecimento de direitos insurgentes para fins de consolidação dos Direitos Humanos fundamentais, uma vez que a ordem jurídica se mostrou alheia à tal efetivação.

A crítica aponta para o esclarecimento de uma continuidade história racional, ou seja, orienta uma concepção que supera os discursos ideológicos – que vêm apresentando os fenômenos sociais de forma distorcida – e apresentam a realidade por meio de juízos científicos (WOLKMER, 2012).

Desse modo, pode-se conceituar teoria crítica como o instrumental pedagógico operante (teórico prático) que permite a sujeitos inertes, subalternos e colonizados uma tomada histórica de consciência, desencadeando processos de resistência que conduzem à formação de novas sociabilidades, possuidores de uma concepção de mundo libertadora, antidogmática, participativa, criativa e transformadora (WOLKMER, 2012, p. 29).

Observa-se o surgimento de diversas outras teorias que se opõem ao pensar positivista ainda adotado no Direito atual. A oposição constatada surge através da crítica ao modelo clássico do Direito⁶, surgindo cada vez mais ligado à luta de classes; inclui-se a tal análise toda a epistemologia do Direito que se viciou em meio às formações sociais capitalistas.

Os vícios observados pelas correntes e teorias da Crítica do Direito se encontraram ligados a diversas características comumente experimentadas pela sociedade moderna industrial e capitalista⁷. Ao fazer a análise racional do Direito, os estudiosos do pensamento crítico constataram a relevância histórica de acontecimentos que afastaram a sociedade da concepção integral de justiça, fragilizando o Direito.

⁴ Trata-se do modo não científico pelo qual a justiça opera o Direito, interpretando-o de forma restrita àquilo que está escrito no texto legal. Tal forma de ver o Direito é bastante adotada ainda hoje no meio jurídico, assim como diversos costumes pretéritos, em razão de ser o Direito demasiadamente conservador (VERBICARO, 2007).

⁵ Utiliza-se a expressão “Teoria crítica do Direito” no sentido que trouxe Kant sobre a crítica, como sendo a “ideia de uma operação analítica do pensamento...” - como forma de retomar no Direito o uso de métodos de formulação de juízo científico (Kant, 1974).

⁶ Remete-se aqui ao modelo positivista ocidental do Direito que foi gerado pelo Estado e por ele imposto. Surge no século XVIII, munido de ideais liberais, com a finalidade de fortalecer a nova classe burguesa que se estabelece no poder. “O positivismo jurídico representa, portanto, o estudo do Direito como fato, não como valor: na definição do Direito deve ser excluída toda qualificação que seja fundado num juízo de valor e que comporte a distinção do próprio Direito em bom e mau, justo e injusto” (BOBBIO, 1995, p. 136).

⁷ A expressão foi utilizada por Michel Foucault para designar a sociedade transformada pela industrialização sob a qual incidiu a dominação socioeconômica a partir do modelo de comunicação em massa, atingindo a sociedade, em esfera individual, no século XIX (FOUCAULT, 1987).

Não se trata de uma tentativa de substituir o Direito positivo, mas de uma exposição da crise existente no sistema jurídico. Os pensadores propõem, sem que se rejeite o aparato normativo oficial ou se defina novos institutos jurídicos, uma ruptura ao pensar positivista⁸, que se declina à predominância dos ideais capitalistas e garante a submissão dos grupos socialmente vulneráveis às regras injustas.

A crítica principal dos estudiosos do Direito, no que se referia à dogmatização do Direito, centrou-se na desconstrução dos discursos determinados por critérios formalistas e adotados com finalidade ideológica, doutrinária e tática. Utilizados por positivistas, esse tipo de discurso é caracterizado por uma inconsistência lógica, no que se refere à parte argumentativa, o que resulta em neutralidade que se molda a um discurso ideológico e justifica atos arbitrários advindos daqueles que estão no poder (WOLKMER, 2012).

Os dizeres da crítica jurídica ao redor do mundo buscam compreender e analisar o Direito de forma a conduzi-lo ao progresso social, uma vez observado que a aplicação da lei se encontra cada vez mais avessa à existência de espaços populares e democráticos. O desenvolvimento da crítica aponta para diversos fatores que prejudicaram o Direito como: a repercussão mundial de valores da cultura do capitalismo, políticas de perpetuação de grupos de domínio, além de outras práticas institucionais ligadas aos processos históricos e posições econômicas do país em observação.

Vários escritos foram publicados com o objetivo não só de questionar o Direito imposto, mas, como um todo, de trazer o debate acerca do rompimento da cientificidade do Direito na academia, a fim de incitar uma discussão ao redor do dogmatismo judicial e também acerca do papel no qual o Direito teria que se revestir para lutar por um espaço cada vez mais democrático por meio de uma justiça igualitária.

Observa-se a crescente produção acadêmica vinda de intelectuais de identidade latino-americana e o surgimento de diversas pesquisas dos aspectos da burguesia sob perspectivas jurídicas e humanistas. A concepção comum dos críticos latino-americanos é de que a desigualdade social sofrida pelas sociedades resulta de uma incomum concentração de renda característica em Estados após a adoção de políticas neoliberais. Analisa-se o papel do Estado e da influência liberal a fim de atestar a influência dos interesses de mercado no Direito (ARNAUD, 1999).

Cada cenário social há de reagir de uma forma em relação à submissão do Direito às estratégias políticas de um Estado e, ainda, às influências internacionais que definem as relações de mercado mundial. Acontece que a submissão do Direito aos interesses estrangeiros e até à vontade de organismos internacionais gera um impacto bem maior no cenário político dos países de tardia formação política, em relação aos países que os colonizaram no passado, e hoje contam com sólidos sistemas de governo.

Diante da realidade social e da percepção do papel da burguesia nas sociedades, os movimentos latino-americanos passam a adotar prioritariamente discursos que citam acesso livre à justiça, pluralismo legal indígena, justiça comunitária e constitucionalismo plurinacional (WOLKMER, 2012).

No Brasil, o desenvolvimento do pensamento crítico para fins de humanização da justiça se deu como uma reação direta à estagnação de pobreza realizada por meio de estratégias políticas e jurídicas de concentração de renda, que se asseguram da negação de direitos fundamentais de classes marginalizadas por meio de práticas estatais.

Observa-se a expansão de um pensamento jurídico crítico baseado no pluralismo

⁸ O ideal positivista exprime rejeição a todo direito jurídico que preexiste a qualquer forma de legislação. Sob uma perspectiva social, o pensamento positivista impossibilita a grupos de indivíduos o acesso a um direito qualquer que não estivesse normatizado naquele ordenamento específico (DWORKIN, 2002. p. XII).

jurídico, a partir da adoção desse instrumental analítico pela corrente de O Direito Achado na Rua, coletivo da Universidade de Brasília, que aposta na busca por direitos. Através de uma legitimação desafia a operacionalidade do ordenamento brasileiro, por entender que o jurídico deve partir da consciência em direitos humanos e democráticos.

Pensamento Jurídico Crítico Brasileiro: contextualização política da Negativa De Direitos

No período que iniciou com o fim da ditadura em 1985 e se encerrou com a promulgação da Constituição de 1988, o país passou pela ausência de embasamento jurídico-formal que carecia a fundamentação de demandas humanistas e sociais. O Direito Achado na Rua foi o caminho para o qual muitos juristas e os magistrados do movimento seguiram a fim de se aproximar do justo e dispor de sua prática às conquistas sociais, para superar uma justiça desigual que não condizia com a nova democracia. De outro lado, os movimentos sociais se articulavam com grande empenho a fim de conquistar direitos populares com a nova Constituinte.

A inquietude no cenário jusfilosófico brasileiro que se dava no Brasil em 1987 – quando se vivia uma democracia com normas de regime autoritário, resultou em diversos escritos acadêmicos de autores progressistas que apontam para a instrumentalização da carreira jurídica para fins de revolução do Direito. Buscava-se enfrentar as barreiras de um processo jurídico que tinham conquistas políticas balizadas pelas classes dominantes em plena disputa de poder político em um país em transição e redistribuição de cargos governamentais.

Levantado o ânimo da militância e da academia, após a promulgação da nova Carta Magna, em 1988, passa-se a contar com outro desafio: efetivação dos direitos trazidos na nova Constituição.

Com a promulgação da Constituição Democrática de 1988 e a normatização dos Direitos Sociais, os movimentos críticos se viram na vigência de uma Carta que não alcançava grupos marginalizados, expondo a continuação da negativa de direitos que já se combatia no pensamento crítico desde antes da Constituição.

O colapso democrático combatido pelas correntes críticas brasileiras decorre de uma trajetória autoritária da governança brasileira através da história, onde expõe-se que, apesar do fim do regime militar de 1964, o cenário político brasileiro resiste em demonstrar a não superação de seu caráter autocrático e excludente que pode ser identificado no processo iniciado pela invocação da Assembleia Nacional Constituinte, em 1985, e continuado com a seletividade institucional para fins de reconhecimento e execução de promessas constitucionais feitas às populações excluídas pela nova Carta Magna de 1988.

Os movimentos críticos, consolidando engajamento junto às forças populares, buscaram soluções para o quadro de insuficiência legal de direitos ligados à dignidade da pessoa humana que se enfrentava em 1987. No cenário pós-constituinte, a ineficácia dos direitos já conquistados no texto da nova Constituição continuou a mobilizar os críticos do Direito no Brasil na busca pelo reconhecimento de Direitos Humanos Fundamentais.

O Direito Achado na Rua: a continuidade do pensamento Jurídico Crítico na busca por Justiça através do Pluralismo Jurídico e seu marco teórico no Direito Urbanístico

O pensamento jurídico crítico busca estudar fenômenos normativos que contribuem para uma noção que contempla a ascensão do Direito Urbanístico e sua reformulação. Deste modo, a área passa a concentrar pareceres críticos combativos à cultura do positivismo, aproveitando, inclusive, estratégias apontadas por correntes do pensamento jurídico crítico brasileiro, em especial O Direito Achado na Rua.

Estabelecido por um denso estudo de referenciais interdisciplinares no Direito, a organização de O Direito Achado na Rua vem se consolidando teoricamente por meio de trocas intelectuais que garantem ao projeto maior assertividade em seus resultados práticos. A junção da teoria com a práxis, portanto, instrumentaliza a luta política por meio de metodologias emancipatórias investidas na pesquisa, extensão e educação em Direitos Humanos.

O Direito Achado na Rua é uma corrente que, assim como outros pensamentos críticos mundiais, defendem uma compreensão humanística que supera a submissão do Direito a um aparato normativo-oficial e seus tradicionalismos que se fixam no positivismo.

Surgida em 1993, na Universidade de Brasília (UnB), a corrente de O Direito Achado na Rua apresentou inúmeros trabalhos de conteúdo crítico ao Direito, por meio de seus projetos de extensão. O coletivo se mostrou, ainda, aberto a assistir à sociedade na lutar contra a violência gerada pela adoção do legalismo estrito.

Os líderes desse pensamento crítico publicaram textos e pesquisas que iam em direção à redemocratização do Direito através das práticas legitimadoras de direitos dos sujeitos sociais, o que fez com que e o movimento de acadêmicos comprometidos com a mudança social passasse a ganhar cada vez mais adeptos no período pós-constituinte no Brasil.

Todos os caminhos apontados em O Direito Achado na Rua, na defesa da liberdade, encontram-se no mesmo viés que muitos pensamentos críticos na América Latina à medida que se ressaltam em um processo descolonizador de saberes e práticas jurídicas. Assim, constituído em um diálogo direto com o Direito Constitucional, O Direito Achado na Rua estabelece interlocuções com o constitucionalismo latino-americano e com as novas formas do jurídico que partem da organização social (COSTA, 2013).

Resultado da adoção de elementos epistemológicos – que derivam da reflexão e prática dos intelectuais de um movimento fundamentado nos pensamentos de Roberto Lyra Filho, a Nova Escola Jurídica – o trabalho político e teórico de O Direito Achado na Rua se orienta com base na insurgência do Direito por meio de experiências populares. Com o desenvolvimento do projeto, a universidade foi envolvida em um processo de integração de unidades acadêmicas e articulação com entes governamentais, tendo em vista as exigências práticas de interdisciplinariedade e interinstitucionalidade dessa proposta.

Impulsionado por um mal estar epistemológico, político e social acerca dos paradigmas do Direito, o novo pensamento jurídico buscou rejeitar a matriz positivista que desloca os fundamentos éticos da legitimidade no Direito. Nesse sentido, Lyra Filho elabora fundamentos que concebem o Direito como enunciador de uma “organização social da liberdade”. Para ele, o Direito está em constante processo histórico enquanto

desfaz os limites da “liberdade não lesiva aos demais”, desfazimento que há de se consolidar por intermédio dos Direitos Humanos.

As alternativas oferecidas por esse paradigma, para lidar com os resultados da crise no Direito, vão no sentido do reconhecimento da incongruência entre o Direito oficial e a normatividade que surge dos meios sociais e, ainda, da compreensão de novas condições sociais e novos sujeitos de direitos que se insurgem na busca pelo reconhecimento do pluralismo jurídico (SOUZA JUNIOR, 2015).

Ao considerar a rua como espaço onde emergem e se atualizam as sociabilidades, O Direito Achado na Rua toma como referência as insurgências do espaço público para fins de solucionar a restrição do acesso ao Direito imposto a alguns segmentos sociais e, ainda, para superar a “ontologia furtiva” das ideologias dominantes que desarticulam a emancipação de grupos oprimidos (SOUZA JUNIOR, 2015).

As experiências políticas de O Direito Achado na Rua apontaram para uma transição democrática que continua mesmo após a democratização da constituição, e vão no sentido do combate ao legalismo estrito e à busca por outras formas de consolidação das conquistas populares.

Assim, essa proposta emancipadora busca superar a ideologia que faz do Direito um instrumento de dominação, gerando, na perspectiva da pesquisa e do ensino, uma “preocupação empírica presente no contexto da sistematização do ensino jurídico no Brasil”, por meio da adoção de uma epistemologia que une a mediação do empírico com conhecimentos sociológicos, antropológicos e históricos.

Destaca-se ainda o envolvimento de movimentos críticos dessa matriz no fortalecimento e aprimoramento de organizações populistas. Os professores da UnB, inseridos na concepção crítica proposta em O Direito Achado na Rua, ao editarem a terceira edição dos livros de introdução crítica, trouxeram ao debate o Direito Agrário, com intuito de estabelecer um espaço de permanente produção de conhecimento crítico, formulando caminhos e métodos para superar a desigualdade da sociedade brasileira. O movimento promoveu, ainda, um curso objetivando a conscientização acerca do direito à moradia, analisando a violência dos conflitos agrários resultantes da concentração fundiária, conscientizando frentes e componentes dos movimentos sociais pela reforma habitacional e acerca da exclusão dos direitos dos trabalhadores rurais por meio do poder político, e assessorando as frentes populares.

Vê-se O Direito Achado na Rua como continuação do projeto de progresso democrático proposto por inúmeros pensamentos jurídicos críticos; a consolidação de avanços plurais para a sociedade por meio do comprometimento da Academia de Direito com os movimentos sociais para fins de superação da negativa de direitos que advém de políticas institucionais segregatórias, dadas por meio de uma cultura jurídica conservadora.

É a partir da adoção das premissas dessa concepção crítica do Direito em disputa com a realidade segregatória da sociedade brasileira que o Direito Urbanístico passa a se reformular, se inserindo nos eixos de um projeto de caráter emancipatório, cujas bases estão fincadas em práticas sociais autônomas, motivadas pelas necessidades básicas de todo ser humano, e por uma desconcentração, no intuito de ampliar o espaço público e seu caráter democrático por meio do pluralismo jurídico (WOLKMER, 1997).

O Direito Urbanístico, portanto, passa a exigir uma análise das disposições jurídicas em conflito na “moldura conceitual criada pela legislação” (LIMA, 2016). Verifica-se que a busca por direito à cidade, advinda de habitantes invisibilizados, é desqualificada pela ciência jurídica normativista, que garante ao Estado idealizar a cidade para apenas uma parcela da sociedade.

O Direito, entendido como “leis, normas, costumes e instituições jurídicas”, distorce a realidade das cidades com o intuito de manter o monopólio da produção de regras

e do controle social no seio do campo jurídico estatal (SOUSA SANTOS, 2000). Em disputa com essa realidade temos o projeto do pluralismo jurídico, de caráter emancipatório, cujas bases estão fincadas em práticas sociais autônomas, motivadas pelas necessidades básicas de todo ser humano e por uma desconcentração, no intuito de ampliar o espaço público e seu caráter democrático (WOLKMER, 1997).

A ação social idealizadora da cidade, que encontra amparo na legislação urbanística, cria padrões de legitimidade que se determinam na imposição de ordem e se desdobram na restrição de direitos, em um processo que expulsa o pobre dos centros urbanos e o abandona nas margens geográficas sem direito à cidade.

A teoria do Direito Urbanístico passa, portanto, por uma dificuldade prática no que tange à igualdade de direitos habitacionais. Assim, os estudiosos do ramo buscaram consolidar práticas hermenêuticas que visam à realização do justo, reconhecendo os obstáculos ao Estado social na modernidade capitalista. Incorpora-se ao desenvolvimento do Direito Urbanístico ideais defendidos pela Teoria Crítica do Direito, para fins de abandono do tradicionalismo jurídico. Concebe-se a leitura positivista do Direito como algo desprovido de cientificidade e que resulta na imposição de princípios que resumem o ordenamento ao fenômeno normativo, fenômeno cuja eficácia se restringe à lógica excludente dos valores patrimoniais.

Os desafios enfrentados pelo Direito Urbanístico partem de uma crise resultada pela incongruência entre o Direito oficial e a normatividade que surge dos meios sociais. Assim, busca-se a compreensão de novas condições sociais e novos sujeitos de direitos que se insurgem na busca pelo reconhecimento legal nas fontes do pluralismo jurídico.

Articular a teoria urbanística na prática dialética de O Direito Achado na Rua tem como fundo principal a característica da retomada da dignidade política por parte dos atores sociais subalternizados em luta na sociedade de classes, dignidade esta que lhes foi retirada pela ideologia positivista, que reduziu o Direito ao Estado, retirando das ações do povo qualquer caráter de juridicidade. Instituir direitos urbanos tem a ver com complexas relações de conflito que os legitimam, tem a ver com reciprocidade e autonomia das comunidades, tem a ver com o reconhecimento de suas especificidades.

Abordar a construção do direito das cidades a partir do pluralismo jurídico nos dá subsídio para a construção de um Direito que seja verdadeiramente substantivo, um Direito-Prática, acima de tudo, um Direito-Práxis forjado e constituído nas relações cotidianas.

Referências Bibliográficas

ABRAMO, PEDRO. *A cidade caleidoscópica: a coordenação espacial e convenção urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2007.

ARNAULD, ANDRE JEAN. *Direito Entre Modernidade e Globalização*. Belo Horizonte: Renovar, 1999.

BISOL, JAIRO. *Dogma e dogmatismo*. In: José Geraldo (Org). Introdução crítica ao direito. Brasília: Universidade de Brasília, 1991. p 17-18.

BOBBIO, NOBERTO. ET AL. *Dicionário de política*. tradução de Carmem Varialle. et al. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

BOBBIO, NOBERTO. *O Positivismo Jurídico*. São Paulo: Icone, 1995.

CARRION, EDUARDO. *Uso efetivo do Direito*. Porto Alegre: Fabris, 1990.

- COMPARATO, FÁBIO KONDER. *A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2005.
- CORREAS, OSCAR. *Crítica de la Ideología Jurídica*. México: Ediciones Coyoacán, 2015.
- COSTA, ALEXANDRE BERNADINO. *Direito vivo: leituras sobre constitucionalismo, construção social e educação a partir do Direito Achado na Rua*. v. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.
- COSTA, ALEXANDRE BERNADINO. ET AL. *O direito achado na rua: introdução crítica à justiça de transição na América Latina*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.
- DARDOT, PIERRE; LAVAL, CHRISTIAN. *A nova razão do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2016. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/formacion-virtual/20100715073000/boron.pdf>. Acesso em 10/05/2018.
- DWORKIN, RONALD. *Levando os direitos a sério*. Tradução e notas Nelson Boeira. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- ESCRIVÃO FILHO, ANTONIO. SOUSA JUNIOR, JOSÉ GERALDO DE. *Para um debate teórico-conceitual e político sobre os Direitos Humanos*. Belo Horizonte: D'plácido, 2016.
- FARIA, JOSÉ EDUARDO. *Justiça e Conflito: os juízes em face dos novos movimentos sociais*. 2ª ed., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1992.
- FARIA, JOSÉ EDUARDO. *Interesse público versus interesse privado: as antinomias jurídicas na gestão econômica*. In: José Geraldo (Org). *Introdução crítica ao Direito do Trabalho*. Brasília: Universidade de Brasília, 1993. p.150-158.
- FERRAJOLI, LUIGI. *Direito e razão: teoria do garantismo penal*. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.
- FOUCAULT, MICHEL. *Segurança, território e população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, MICHEL. *Vigiar e Punir: nascimento na prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GIL, ANTONIO HERNÁNDEZ. *Metodología del derecho: ordenación crítica de las principales direcciones metodológicas*. Revista de Derecho Privado, 1945. Disponível em: <http://www.worldcat.org/title/metodologia-del-derecho-ordenacion-critica-de-las-principales-direcciones-metodologicas/oclc/807020748?referer=di&ht=edition>. Acesso em: 18/09/2018.
- HESPANHA, ANTONIO MANUEL. ET AL. *Pluralismo Jurídico: os novos caminhos da contemporaneidade*. 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 2013.
- JUNQUEIRA, ELIANE BOTELHO. *A Sociologia do Direito no Brasil: introdução ao debate atual*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1993.
- KANT, IMMANUEL. *Crítica da Razão Pura*. Tradução e notas de Fernando Costa Mattos. 2.ed. Tradução de Fernando Costa Matos. Petrópolis: Vozes, 2013.
- LEFEBVRE, HENRI. *O Direito à Cidade*. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.
- LIMA, ADRIANA VIEIRA. *Do direito autoconstruído ao direito à cidade: porosidades,*

- conflitos e insurgências em saramandaia*. Tese (doutorado). Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, Salvador, 2016.
- LYRA FILHO, ROBERTO. *Normas jurídicas e outras normas sociais*. In: José Geraldo (Org). *Introdução crítica ao direito*. Brasília: Universidade de Brasília, 1991. p. 51-55.
- MAILLE, MICHEL. *Obstáculos epistemológicos ao estudo do Direito*. Belo Horizonte: Meritum. v. 9. n. 2. jul./dez. 2014. Acesso em < www.fumec.br/revistas/meritum/article/download/3063/1668 > Acesso em: 13/04/2017.
- OFFE, CLAUS. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Tradução de Bárbara Freitag. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- OST, FRANÇOIS; VAN DE KERCOVE, MICHEL. *Elementos para una Teoría critica del Derecho*. Bogotá D. C: Editorial Unibiblos, 2001.
- PRESSBURGER, THOMAS MIGUEL. *Apontamentos sobre a (dis)função e o (des)funcionamento do judiciário*. Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros, 1996. p. 119-134. <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i40p119-134>> Acesso em: 13/07/2018.
- ROLNIK, RAQUEL. *A Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Editorial Boitempo, 2015.
- SANT'ANNA, ALAYDE. *Por uma teoria jurídica da libertação*. In: JOSÉ GERALDO (ORG). *Introdução crítica ao direito*. Brasília: Universidade de Brasília, 1991. p 27-28.
- SANTOS, BOAVENTURA DE SOUSA. *Notas sobre pasárgada*.
- SANTOS, BOAVENTURA DE SOUSA. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. v. 1. São Paulo: Cortez, 2000.
- SANTOS, BOAVENTURA DE SOUSA. *A Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortes, 2002.
- SANTOS, BOAVENTURA DE SOUSA. *O Discurso e o poder: ensaio sobre a sociologia da retórica jurídica*. Porto Alegre: Fabris, 1988.
- SANTOS, BOAVENTURA DE SOUSA. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 8ª ed., São Paulo: Cortez, 2001.
- SANTOS, BOAVENTURA DE SOUSA. *Introdução à sociologia da administração da Justiça*. In: JOSÉ GERALDO (ORG). *Introdução crítica ao Direito do Trabalho*. Brasília: Universidade de Brasília, 1993. p.104-124.
- SANTOS, BOAVENTURA DE SOUSA. *Para uma nova teoria da Democracia*. In: MONICA CASTAGNA (ORG.). *Introdução crítica ao Direito Agrário*. Brasília: Universidade de Brasília, 2002. p. 77-86.
- SILVA, JOSÉ AFONSO DA. *Aplicabilidade das normas constitucionais*. 3ª ed., São Paulo: Malheiros, 1999.
- SILVA, JOSÉ AFONSO DA. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 34ª ed., São Paulo: Malheiros, 2011.
- SILVA, MARCOS LUIZ DA. *Dogmática e epistemologia jurídica: noções elementares*. v. 8. Uberaba: Boletim Jurídico, 2005. Disponível em: <<https://www.agu.gov.br/page/download/index/id/640103>> Acesso em: 22/12/2016.
- SOUSA JUNIOR, JOSÉ GERALDO. *Direito como Liberdade: O Direito Achado na Rua*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 2011.

SOUSA JUNIOR, JOSÉ GERALDO. *Fundamentação teórica do Direito de Moradia*. In: José Geraldo de Sousa (Org.). *Direito e Averso: Boletim Jurídico da Nova Escola Jurídica Brasileira*. n. 2. p. 13-17. jul-dez. Brasília: Editora Nair, 1982.

SOUSA JUNIOR, JOSÉ GERALDO. *Novas ideias para a justiça*. *Jornal do Sindjus - Órgão Informativo do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público*, Brasília-DF, n. Ano XV, p. 4-4, 2006.

SOUSA JUNIOR, JOSÉ GERALDO. *O direito achado na rua: concepção e prática*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

VERBICARO, LOIANE PRADO. *O Ensino Jurídico Brasileiro e o Direito Crítico e Reflexivo*. São Paulo: Millennium, 2007.

WOLKMER, ANTONIO CARLOS. *As necessidades humanas como fonte insurgente de direitos fundamentais*. Belo Horizonte: Escola Superior Dom Helder Camara, 2007.

WOLKMER, ANTONIO CARLOS. *Introdução ao Pensamento Jurídico Crítico*. 8ª ed., São Paulo: Saraiva, 2012.

WOLKMER, ANTONIO CARLOS. *Pluralismo Jurídico: Fundamentos de uma nova cultura no Direito*. 3ª ed., São Paulo: Alfa-Omega, 2001.

WOOD, ELLEN MEIKSINS. *Democracia contra capitalismo*. Tradução Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2003.